

ATA N.º 5/13

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAFIEL DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

No dia dez de Dezembro do ano de dois mil e treze, pelas dezoito horas e trinta minutos, nesta Cidade de Penafiel, no salão Nobre dos Paços do Município, estando presentes os Excelentíssimos senhores, Dr. Antonino Aurélio Vieira de Sousa, como Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, senhor Adolfo Amílcar, Dr.º Rodrigo dos Santos Lopes, Dr.º André Manuel Loureiro Correia Ferreira, Dr. Manuel Fernando Lopes da Silva, Eng.ª Ana Cristina Castro Alves, Dr.º Fernando Augusto Pacheco Malheiro, comigo, António Barbeitos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional, realizou-se a Reunião Ordinária, da Câmara Municipal de Penafiel.

Esteve ausente da reunião a senhora Vice – Presidente da Câmara Municipal, Dra. Susana Oliveira, por se encontrar de férias, tendo sido justificada a sua falta pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

I – ASSUNTOS INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA

1 – COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação n.º 69 de 10/12/2013

Assunto: Relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução da Área Central da UOGPG 15 – Zona Industrial de Recezinhos-Penafiel

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2013-12-09 (**em arquivo**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documento que acompanhou a proposta: Relatório de ponderação da discussão pública, (**em arquivo**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

A pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal o senhor Arq. Melo disse que essencialmente o que estava em causa era o esquema que tinha sido levado a novamente à apresentação do Executivo e que por força da aplicação dos regulamentos teve que ser submetido a discussão pública. No âmbito da discussão pública houve duas participações em que tinha sido sugerido que os destinos que estavam previstos para os lotes de 4 a 9 também pudessem ser aplicados aos lotes de 1 a 3, uma vez que como tinham uma dimensão maior poderiam permitir a instalação de diversos tipos de empresas que com a função que estava definida não seria viável.

Estudaram essa situação, equacionaram para que tudo isso pudesse ser acolhido, parecia-lhes que a questão era pertinente e tentou-se ajustar todo o esquema, e era o que estava agora em causa nos elementos distribuídos. Era, no fundo verter, na estrutura que estava pensada inicialmente do acolhimentos dessas duas sugestões e conforma-las com todo aquilo que eram os regulamentos aplicáveis.

A senhora Vereadora Eng^a Cristina Alves disse que havia um ponto que referia que a Câmara Municipal pretendia adquirir, expropriar todos os lotes que ainda faltavam dos respetivos terrenos. Perguntou se essa aquisição e expropriação já tinha começado com o anterior Executivo e qual o ponto da situação.

O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que este era um processo que já se arrastava há algum tempo e que tinha passado várias fases com alguma complexidade porque havia terrenos que estavam previstos integrarem aquela zona industrial e que pertenciam ao município vizinho e que tiveram que se fazer ajustamentos. Entretanto com aquela UOPG aquilo que se pretendeu foi exatamente disciplinar todas aquelas questões e finalmente estavam em fase de poderem avançar para o objetivo pretendido por todos, que era começar a colocar empresas na zona industrial.

A pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal o senhor Arq. Melo explicou que era um processo que já se arrastava há alguns anos. Era um processo que envolvia uma área considerável, estavam ali envolvidos um número de proprietários muito grande. Se havia pessoas que tinha sido fácil chegar acordo



porque tinham percebido qual o objetivo e perceberam que era uma mais-valia para o próprio concelho e não tinham levantado obstáculos nenhuns, outros havia que muito difíceis de negociar, outros com processos de partilhas que tinham dificultado depois o procedimento de negociação com os proprietários. Disse que foi um processo bastante difícil de gerir durante muito tempo. Naquele momento as coisas estavam praticamente resolvidas, pelo menos a área da UOPG que estavam agora a validar. Estavam praticamente todas as situações todas acertadas, havia uma ou outra situação pontual que estava em fase final de negociação, mas à partida teriam condições para a curto prazo terem condições para resolver esse aspeto que era fundamental para a viabilidade da operação.

A senhora Vereadora Eng^a Cristina Alves perguntou se já havia terrenos à venda.

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que não havia ainda terrenos à venda. Disse que até ali tinham adquirido os terrenos, mas só podiam vender lotes de pois de cumpridas todas as formalidades.

A senhora Vereadora Eng^a Cristina Alves disse que em relação à construção da zona industrial era uma prioridade captar investimento.

Disse que nos documentos apresentados dizia que todas as unidades industriais que existiam estavam lotadas, mas que devia ter sido um lapso porque as que existiam estavam um pouco ao abandono e era importante fazerem-se as unidades industriais mas depois revitaliza-las.

Em relação ao projeto, concordava plenamente com a alteração ali apresentada era pena que não tivesse sido feito de início, do 1.º ao 9.º lote com aquelas valências, como tinha entendi agora por bem faze-lo agora. Tinha obrigado a mais um estudo, a mais custos à Câmara Municipal e se isso não fosse feito poderia ter trazido mais receitas aos cofres da Câmara Municipal, porque todos sabiam quanto custava uma alteração ao alvará de loteamento.

A pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal a senhora Arq. Susana explicou que a questão do estudo ter sido feito agora, foi exatamente para que garantissem que os lotes de 1 a 3 também tivessem contemplados os estacionamento, porque essa realização do estudo de tráfego contemplado no n.º 4

da Portaria era uma forma que permitia justificar porque a Portaria por si só, os parâmetros exigidos eram exagerados, mas como decorria da Lei tinham que fazer cumprir. Sempre tinham tido intensão de poder abranger o maior número de lotes de qualquer tipologia e empresas, mas se efetivamente estivessem a cumprir a Portaria desde o início dos lotes de 1 a 3, não conseguiriam ter aquele tipo de unidade de execução, aquele desenho nem a própria rentabilidade da área, ou seja, hipotecavam a própria sustentabilidade económica do espaço. A realização do estudo de tráfego foi no sentido de poderem articular e justificar que não havia necessidade de estacionamento adicionais, isto tudo articulado com a CCDR que tinha dado o seu aval positivo e que foi intermediando o processo e que lhes permite agora justificar de uma forma mais coerente que os lotes de 1 a 3 também podiam essa tipologia. Não havia outra forma de os fazer a não ser pelos tramites legais e fundamentos técnicos de estudo de tráfego.

O senhor Vereador Dr. Fernando Malheiro disse que já na primeira reunião em que se discutiu este assunto o PS tinha manifestado satisfação pelo desenvolvimento da zona industrial. Também tinha deixado um lamento na altura, porque seis anos tinham sido perdidos. Sabia que o senhor Presidente não gostava de falar do passado, que isso o incomodava, mas o facto era que, os seis anos que se perderam, tinham inibido a venda dos lotes e estaríamos de ter investimento. No entanto, a realidade era aquela e em todo o caso o Partido Socialista congratulava-se por finalmente o assunto estar praticamente resolvido. Disse que mais importante do que ter lá a oferta dos lotes era depois, a capacidade de atração de investimento. Pediu ao senhor Presidente e a todo o Executivo que se empenhassem fortemente nessa atração de investimento, porque Penafiel era uma zona que, ou não tinha tido investimento ou não tinha acertado na atração de investimento, tinha feito opções erradas como todos sabiam.

A atração de investimento é o maior desafio que se vai colocar ao executivo camarário após a venda dos lotes.

O senhor Vereador Dr. André Ferreira gostava que lhes fizessem chegar a identificação dos interessados que tinham feito as participações.

Comungando com aquilo que ali tinha sido dito, e como tinha dito o senhor Vereador Fernando Malheiro, tinha-se que falar no passado porque às vezes a não

compreensão do presente era fruto da ignorância do passado e ninguém o devia ignorar independentemente de ser bom ou mau. Era óbvio que se congratulavam pelo facto deste ponto estar a ser discutido e votado, e que, tal como a reunião extraordinária, vinha extraordinariamente atrasado; mas o importante era que viesse e auguravam que naquele capítulo o senhor Presidente, diferentemente do seu antecessor não se deixasse ultrapassar por autarcas vizinhos no que dizia respeito à captação de investimento privado que depois se venha a repercutir na criação de postos de trabalho. Esperava que nesse tocante o senhor Presidente tivesse um espírito reivindicativo maior para reivindicar esses investimentos que há uns anos a esta partem têm escolhido os concelhos vizinhos, nomeadamente Paredes e Paços de Ferreira para se sediarem ao invés daquela que era, independentemente de algum bairrismo que alguns até podem classificar de bacoco, a indiscutível capital do Vale do Sousa, que é Penafiel. Nessa medida o primeiro passo estava dado, agora esperavam que o emprego viesse a ser uma realidade em Penafiel e que esta zona industrial se viesse a repercutir nisso.

Perguntou se não era verdade que alguns terrenos não tinham sido comprados há mais de dez anos, na zona industrial de Recezinhos.

A pedido do senhor Presidente da Câmara Municipal o senhor Diretor do DGO disse que aquela zona não era verdadeiramente de 2002, em termos de processo devia ser há cerca de oito anos, inclusivamente tinha sido feita uma primeira listagem das empresas que mostravam interesse e foi nessa altura que se tinha começado a deparar com os problemas. Todos sabiam que este tipo de situações tinha que ser tratadas com cuidado. Quando se começou a falar na zona industrial os preços dispararam em flexa, ou seja, a Câmara precisava na altura cerca de um milhão para comprar tudo. Dai que os proprietários tivessem a fazer relutância com a Câmara.

O senhor Vereador Dr. André Ferreira disse que para concluir e complementando o que a senhora Vereadora Cristina Alves tinha dito, naturalmente que lendo os considerandos da proposta tinham ficado com a ideia que as zonas industriais existentes tinha sido uma aposta deste Executivo o que não era verdade. Percebia que por vezes, nos considerandos de uma proposta para ela vir a ser aprovada fazer-se alguns “floreados” para sustentar a pretensão, o que neste caso não era

necessário porque a não aposta do Executivo nas zonas industriais era um facto notório que não carecia de prova. Era a primeira vez que se ia fazer algo com visibilidade numa zona industrial.

Disse que o Partido Socialista ia votar favoravelmente ambos os pontos.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que aquilo não eram “floreados”, porque ao longo dos anos tinham sido pagos milhões de euros na aquisição de terrenos. Eram dados objetivos e que tinham acontecido porque havia uma estratégia no sentido concretizar aquela expectativa de ter a zona industrial de Recezinhos disponível e funcionar o quanto antes para que se pudessem aí instalar um maior número de empresas que cria-se o maior número possível de postos de trabalho. Circunstâncias diversas, sobretudo de natureza burocrática, impediram que o procedimento pudesse ter sido mais ágil. Disse que não concordava quando o senhor Vereador Fernando Malheiro tinha dito que foram 6 anos perdidos, tinham sido 6 anos intensos de obstáculos pela frente, como podiam testemunha os senhores Vereadores do PS do mandato anterior.

O importante, era que hoje estavam ali e eram eles que estavam a chegar ao fim daquele caminho.

A partir daquele momento era uma fase nova que se iniciava, esperava e acreditava que fosse uma fase positiva, com outros desafios de trazer as empresas para a zona industrial de Recezinhos e que o processamento que se falava pretendia ser um contributo para facilitar a vinda das empresas. Disse que não tinha a ideia de que os concelhos vizinhos tivessem tido mais competitividade do que Penafiel, na captação de investimento. Captaram o que puderam e acharam mais adequado à sua estrutura empresarial e Penafiel tinha feito o que achavam que era o mais adequado ao território e o objetivo estratégico, umas vezes com mais sucesso outras vezes com menos mas isso era a dinâmica própria que essa coisa tinham e certamente continuariam a ter.

O senhor Vereador Dr. Fernando Malheiro explicou que quando se referia aos 6 anos, referia-se aos primeiros 6 dos últimos 3 mandatos, em que o processo esteve parado.

Votação: Aprovado, por unanimidade, o relatório de ponderação da discussão pública, da Unidade de Execução da Área Central da UOGPG 15 – Zona Industrial

de Recezinhos de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT.

2 - ASSUNTO A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberação n.º 70 de 10/12/2013

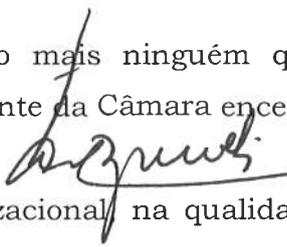
Assunto: Proposta final da unidade de execução da área central da UOPG 15 – Zona Empresarial/Industrial de Recesinhos-Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2013-12-09 **(em arquivo)**, documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documento que acompanhou a proposta: Informação de aprovação final da UOPG15, elementos desenhados e elementos escritos, **(em arquivo)**, documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 9, do art.º 77, do RJIGT.

E como mais ninguém quis usar da palavra, foi pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara encerrada a reunião pelas **dezanove horas**.

E eu, , António Barbeitos, Diretor do Departamento de Gestão Organizacional, na qualidade de secretário, a subscrevo e assino, conjuntamente com o senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal:



